

PLANO PEDAGÓGICO

NOME DO EVENTO: II Congresso do CAOp/IJ MPMA: “ Sistema de Garantia de Direitos e a Construção da Rede ”	
MODALIDADE: (X) Presencial () EAD	CARGA HORÁRIA TOTAL: 12h

UNIDADE (Órgão solicitante/participantes)		
<ol style="list-style-type: none"> 1. MPMA; 2. ESMP. 3. CAOp/IJ 		
Local do Evento: Auditório do Centro Cultural do MPMA, Localizado à Rua Osvaldo Cruz, nº 1396, Centro, São Luís - MA	5. Público Alvo/Quant. Vagas: Membros e Servidores, Mediante Inscrição / 40 vagas	6. DATA: 17/10/2019

2. Justificativa

Conforme preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/90) e reforçado na Resolução Nº 113, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, temos enquanto desafios atuar no sentido de superação das crises de interpretação e de implantação que ainda permeiam a efetivação da Doutrina da Proteção Integral na prática; de forma que a atuação e articulação da rede de proteção é um ponto fundamental para que isso ocorra.

Assim, sensíveis para o fato de que por muitas vezes a dificuldade de fortalecimento e de efetiva atuação em rede reside no “como fazer?”, o CAOp/IJ idealiza que o fomento à adoção de novas ferramentas e partilhamento de experiências exitosas é um caminho que pode ser trilhado, quanto alternativa para alcançar o intento de ver o ECA ser efetivado. Quando falamos de Direito da Criança e do Adolescente, precisamos nos mobilizar para fazer valer a prioridade absoluta prevista constitucionalmente, mas que, infelizmente ainda persiste aplicada de forma parcial.

Reconhecendo assim que carecemos de clareza não só no “como fazer?”, mas também no campo do “quem faz o quê?”, entendemos que é pungente a discussão sobre o papel de cada um dentro dessa rede de proteção, para que enfim possamos falar em responsabilidades, limites e obrigações. Posto isso, entendemos que o fundamental o papel do Ministério Público quanto fomentador dessa discussão e potencial articulador para propulsão da rede, pelo que idealizamos o presente evento com esse enfoque, trazendo o Ministério Público para esse lugar de centralidade nessa discussão.

Pelo que, planejamos que esse momento ocorra primeiro de forma mais prática, com a realização de duas oficinas: a (I) primeira com o objetivo de discutir de forma ampla a articulação em rede, com enfoque em ferramentas já utilizadas que facilitem o papel de fomentador das Promotorias de Justiça, provocando e fiscalizando a rede de proteção, especialmente com recorte extrajudicial; e, a (II) segunda com objetivo de apresentar as formas de operacionalização e instrumentalização do Fundo da Infância e Juventude e a atuação do Ministério Público nessa seara.

Já para o segundo dia, pretende-se expandir a discussão com a participação do público interno e externo, atingindo o sistema de garantia de direitos de forma ampla, para pensarmos de forma coletiva quais soluções podemos ter, além de apresentar novas ferramentas para promover esse fortalecimento da rede, com especial enfoque no fomento às políticas públicas, fechando assim o evento.

OBJETIVOS

- Prestar auxílio às Promotorias de Justiça, nos temas afetos à infância e juventude;
- Articular com entes externos;
- Potencializar a incidência de ações de cunho coletivo.

PLANO PEDAGÓGICO

. OFICINAS:

- 1ª oficina - Articulação em rede: Dr. Sasha Amaral (MPRN)
- 2ª oficina - Fundo da Infância e Juventude: Dr. Sidney Fiori Junior (MPTO)

METODOLOGIA:

Ao longo do curso, serão realizadas discussões que possibilitem a interação e a colaboração entre os alunos, além de outras atividades avaliativas (em grupo ou individuais) que permitam a reflexão sobre o assunto estudado.

O diálogo e a troca de experiências entre os alunos, assim como as demais atividades, ocorrerão de forma assíncrona e/ou síncrona.

13. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:

Participação efetiva e Formulário de reação e contexto da satisfação dos participantes.

Participação em no mínimo 75% e obtenção dos conceitos (ótimo, bom ou regular) para a certificação.

REFERÊNCIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRAGA, Roberto. Globalização e transformações territoriais no Brasil: comentários sobre a ação do estado e a distribuição da renda na década de 1990. *Geografia*, Rio Claro, v. 28, n. 3, p. 345-362. set./dez. 2003.

CENTRO DOM ELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. CENDHEC. *Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral*. Recife: CENDHEC, 1999.

CHAUI, Marilena. Direitos humanos e educação. In: Congresso sobre Direitos Humanos — Brasília, 8/2006. Disponível em: <<http://www.pdfbooksdownloads.com/marilena-chau.html>>. Acesso em: 20 abr. 2011.